

Redefinição política ou despolitização?

As concepções de “terceiro setor” no Brasil

*Political redefinition or depolitization?
The conceptions of “Third Sector” in Brazil*

R esumo

No âmbito das mudanças políticas que surgem no contexto da redemocratização nos países latino-americanos, uma nova idéia de “cooperativismo” civil, desponta como tema privilegiado no debate acerca da reestruturação das relações sociais. No trabalho discute-se a penetração da idéia de “terceiro setor” no Brasil e sua inscrição nos debates acerca da Reforma do Estado e do estabelecimento de novas relações entre o setor econômico e o associativismo civil. Procura-se demonstrar que as possibilidades emancipatórias da sociedade civil não podem ser reduzidas à instrumentalidade institucional enfatizada nas abordagens de terceiro setor. As metamorfoses por que passa a sociedade civil no Brasil nos anos 90 se, de um lado, marcam sua instrumentalização, por outro, indicam que desta esfera surgem novos impulsos democratizantes, associados principalmente à introdução de novos valores culturais.

Palavras-chave: sociedade civil, Estado, mercado, terceiro setor, política cultural.

A bstract

In the scope of political changes that emerge in the context of reestablishing the democracy in the Latin American countries, a new idea of “civil cooperation” blunts as a privileged theme of the debate about the structural reforms of social relations. This work discusses the penetration of the idea of “Third Sector” into Brazil, its inscription in the debates about the State’s reform, and the reestablishment of new relations between the economic sector and the civil companionship. In addition, it is seeking to demonstrate that the possibilities of the emancipation of the civil society can not be reduced to the institutional instrumentality in the Third Sector approaches. The metaphors that the Brazilian civil society undergoes in the 90’s, if in one hand seal its instrumentalization, in another hand show that new drives of democratization associated mainly with the introduction of new cultural values emerge from that society.

Key words: civil society, State, market, third sector, cultural politic.

Ana Lúcia Figueiró

Socióloga, Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Professora de Sociologia da Associação de Ensino de Santa Catarina – ASSESC e da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (professor colaborador).

Da participação popular ao associativismo civil institucionalizado

Os estudos recentes sobre surgimento de uma nova concepção de política no Brasil, advinda principalmente do processo de democratização a partir da década de 1980, procuram demonstrar como a idéia de sociedade civil foi se constituindo, ao longo dos anos, como um dos principais temas de debate acerca da reestruturação política e social do País. Os estudos sobre a recuperação do conceito de sociedade civil constituem um interessante foco de análise para compreender como o associativismo civil vem contribuindo para o processo de consolidação e ampliação da democracia brasileira nas últimas décadas.

Até a década de 80, as ações da sociedade civil foram orientadas pela idéia de valorização das práticas coletivas e da construção de um novo projeto de cidadania, baseada na defesa de direitos sociais. Tais características, que marcaram o sentido político das ações coletivas nas décadas de 70 e 80, foram sendo, nos últimos dez anos, substituídas por ações com características bastante diferenciadas daquelas encontradas nas ações coletivas experimentadas por movimentos sociais e demais atores da sociedade civil. Trata-se da idéia de “terceiro setor”, que surge com a perspectiva de conferir um novo sentido à prática coletiva nos anos 90.

No âmbito das mudanças políticas que surgem no contexto da redemocratização nos países latino-americanos, uma nova idéia de “cooperativismo” civil, chamado de “novo associativismo do terceiro setor”, desponta como tema privilegiado no debate acerca da reestruturação das relações entre Estado e sociedade. O sentido político das ações implementadas por atores constituintes do “novo associativismo civil” na década de 90 traduz-se, segundo

Falconer, nas formas de ação social das empresas privadas, no trabalho voluntário de cidadãos e nas organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e “organizações sociais” (2000, p. 02). A política adotada pelo “terceiro setor” parte do princípio de que através da integração entre os setores econômico, político e entidades civis sem fins lucrativos é possível criar condições efetivas para superação dos problemas sociais que atingem grande parte da sociedade brasileira.

Dentro desta perspectiva de análise, procura-se verificar em que medida os padrões de ação coletiva empreendidas por atores da sociedade civil nas décadas de 70 e 80 são superados e substituídos por novas formas de mobilização particularmente ao longo da década de 90 no Brasil. Trata-se, nesse caso, de discutir, à luz das abordagens da teoria da democratização, que têm no conceito de sociedade civil uma categoria privilegiada de análise, a mudança no paradigma participacionista nas últimas três décadas, passando da forma “movimentalista” da participação popular, à institucionalização dos movimentos sociais, até a forma instrumental da ação coletiva empreendida por “organizações sociais do terceiro setor” (GOHN, 2000; DOIMO, 1995). Busca-se analisar o processo de mudança dos paradigmas da ação coletiva, a partir da visão do surgimento de um “novo associativismo civil” na década de 90, tendo como base as várias concepções de “terceiro setor” que recentemente vêm sendo divulgadas e assimiladas pelo conjunto da sociedade.

Os primeiros esboços da idéia de “terceiro setor” no Brasil surgem no contexto das novas abordagens teóricas sobre o processo de reconstrução da democracia no país

De fato, pode-se observar na literatura especializada que as primeiras análises sobre terceiro setor foram sendo constituídas no bojo dos estudos sobre a crise de movimentos sociais, do protagonismo das ONGs na década de 80 e a institucionalização do associativismo civil, trazendo para o debate político a idéia da emergência de um novo associativismo na década de 90.

No que diz respeito à mudança no cenário de atuação política dos atores coletivos pode-se perceber, em contextos histórico-políticos recentes, a distinção entre as práticas políticas características dos atores da sociedade civil e dos atores do chamado “novo associativismo civil”. Observa-se nas análises contemporâneas das práticas políticas que caracterizaram o ressurgimento do conceito de sociedade civil, principalmente a partir da década de 70, a afirmação da idéia de que, para além da consolidação da democracia política e da conquista dos direitos civis, os atores coletivos buscam a construção de uma nova cultura política, através da “invenção radical desta democracia” (PAOLI, 1995, p. 27).

Tal perspectiva, no entanto, divide espaço com uma forma mais pragmática de ação coletiva, surgida na década de 90, voltada para atendimento de demandas sociais específicas, geralmente tentando suprir a falta de atendimento especializado naquelas áreas onde são precários os investimentos em políticas públicas sociais. Neste caso, destacam-se as análises sobre “terceiro setor”, que surgem da perspectiva de se pensar novos padrões de ação coletiva voltados especificamente para a realização complementar dos serviços públicos estatais. Tal tarefa conta com critérios de competência e profissionalismo das chamadas “organizações da sociedade civil”, que passam a compor o quadro de prestadores de serviços do Estado.

Desse modo, observa-se a mudança de concepção do sentido político do associativismo representado por movimentos sociais e demais atores

da sociedade civil e as ações coletivas experimentadas por atores do chamado novo associativismo civil, o associativismo do terceiro setor. Com efeito, alguns estudos que procuram discutir o surgimento de um “terceiro setor” na sociedade, que se diferencie tanto da lógica do poder que orienta a esfera do Estado, quanto a busca do lucro na esfera do mercado, demonstram que o caráter politizado que parecia conduzir as ações coletivas de antes, organiza-se atualmente em torno de problemas sociais urgentes, como a exclusão social e o alívio da pobreza, num processo de co-participação (nem sempre em condições de igualdade) com Estado, em relações muitas vezes burocráticas e verticalizadas e, portanto, inibidoras do processo democrático (CACCIA BAVA, 2000, p. 53).

O tratamento teórico da temática do terceiro setor insere-se no debate mais amplo sobre organização coletiva, democratização e construção do espaço público, observados no Brasil mais intensamente a partir da década de 80. Cabe aqui retomar aspectos fundamentais que ajudaram a construir a idéia de democracia nas análises sobre reestruturação da política que ocorre no âmbito do fortalecimento da sociedade civil.

Uma das questões mais candentes do debate acerca da consolidação da democracia no Brasil é o fortalecimento da sociedade civil e as possibilidades de transformação da cultura política autoritária apontadas pela política emancipatória trazida pelos novos atores que surgiram no cenário político brasileiro.

Desde a retomada do tema da sociedade civil com vistas a estabelecer um novo estatuto de participação política no contexto da redemocratização nas décadas de 70 e, mais intensamente na década de 80, até os estudos mais recentes sobre cidadania e participação popular, o conceito de sociedade civil tem sido um dos mais polissêmicos da teoria política contemporânea. Des-

se modo, o debate acerca da recuperação teórica do conceito de sociedade civil parte do pressuposto de que a tradição de pensamento social, que afirmava a estruturação da sociedade polarizada em duas esferas de poder, a saber, a esfera econômica e a esfera do Estado, já não se sustenta como paradigma explicativo das modernas sociedades democráticas. Sendo assim, a reemergência do conceito de sociedade civil surge como uma possibilidade efetiva de se interpretar os novos procedimentos organizativos, no contexto de transformações políticas, econômicas e culturais observadas no recente processo de redemocratização das sociedades latino-americanas.

No Brasil, a retomada dos estudos sobre sociedade civil coincide com o período de abertura política e recuperação dos espaços de manifestação social no processo de redemocratização dos países da América Latina que encontravam-se sob o regime autoritário militar. Desse modo, o modelo tripartite de sociedade proposto por Gramsci, “constitui-se, no limiar dos anos 80, uma influente linha interpretativa dos primeiros movimentos de base que emergem ainda sob o domínio militar” (COSTA, 1997, p. 2).

Neste contexto, o *revival* teórico-conceitual da sociedade civil acontece mais intensamente a partir da segunda metade da década de 70 (se bem que a discussão sobre o tema tem origem no surgimento dos movimentos sociais ainda na década de 50 – (SCHERER-WARREN, 1987), quando aprofundam-se os movimentos pela abertura política e reconstituição da democracia no Brasil. Com o fim do período autoritário eclodem no país novas experiências de organização coletiva tais como associação de moradores, CEBs (sob a coordenação da Igreja Católica) e movimentos sociais. Neste período, a proliferação de experiências práticas de caráter reivindicativo trazidas pelos novos atores sociais, foi acompanhada pelo interesse de alguns autores que se ocuparam da produção te-

órica sobre os acontecimentos, buscando imprimir um caráter científico (do ponto de vista do rigor da abordagem acadêmica) à análise do novo contexto social.

São muitas as teorias que discutem as bases do renascimento do conceito da sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, como também são muitos os trabalhos empíricos que buscam demonstrar a validade destas teorias. Com base nas teorias existentes e nas várias correntes de pensamento que surgiram dos estudos sobre o processo de democratização política e o fortalecimento da sociedade civil, algumas idéias sobre este tema foram sendo reelaboradas, produzindo novos conceitos e criando outras possibilidades de análise da configuração da sociedade brasileira na década de 90.

Do ponto de vista teórico-político, o conceito de sociedade civil, segundo Vieira,

vem sendo cada vez mais utilizado para indicar o território social ameaçado pela lógica dos mecanismos político-administrativos e econômicos, bem como para apontar o lugar fundamental para a expansão potencial da democracia nos regimes democrático-liberais do Ocidente [...] (1997, p. 44).

Nesse contexto, pode-se dizer que, para nossos objetivos, a sociedade civil pode ser definida como o espaço onde os elementos da vida cotidiana se misturam aos elementos da vida pública e onde são testadas as possibilidades dos atores sociais atuar efetivamente na transformação da cultura política autoritária, consolidada ao longo dos anos de regime ditatorial nas sociedades latino-americanas.

A abordagem acerca da reconstrução do conceito de sociedade civil no Brasil, no entanto, realizou-se à luz da emergência de fenômenos sociais coletivos tais como movimentos soci-

ais, associações comunitárias, etc., que, a partir da década de 70 passam a compor uma nova realidade sócio-política, inserindo na agenda pública temas antes restritos à vida privada. As análises de Costa (1997) sobre a trajetória do conceito de sociedade civil no Brasil procuram demonstrar que, mesmo sem precisar abrir mão da diferenciação normativa entre Estado, mercado e sociedade civil realizada por Cohen e Arato (1994), sob pena de reduzir a procedimentos meramente instrumentais o modo de ação implementado pelos atores da sociedade civil na busca da afirmação de objetivos e interesses próprios, no contexto brasileiro há fatores históricos que demonstram a operacionalidade do conceito e a plausibilidade de tal abordagem para lidar com a realidade social do País. Trata-se, neste caso, de reconhecer que sociedade civil, enquanto categoria analítica das práticas políticas experimentadas ao longo do processo de reconstrução da democracia, possui, no plano teórico-conceitual, um sentido menos abrangente do que aquele que busca, na construção do conceito, considerar como sendo sociedade civil tudo o que *não* é o Estado ou o mercado.

Segundo Costa (1994), a despeito das contradições presentes na tentativa de conceitualização da sociedade civil, uma vez que tal abordagem assume contornos distintos quando tratados no âmbito das diferentes realidades sócio-políticas da Europa e América do Norte, por um lado e da América Latina por outro, no Brasil uma boa oportunidade para se discutir a idéia de sociedade civil encontra-se na definição oferecida por Taylor, na qual a sociedade civil é caracterizada como uma

rede de associações autônomas, independentes do Estado, que reúnem os cidadãos a partir de interesses comuns e que, através de sua simples existência ou atividade, podem produzir efeitos sobre a

política (TAYLOR, *apud* COSTA, 1994, p. 49).

Desse modo, segundo Costa, é visualizada a possibilidade de se estabelecer uma base analítica que oriente as ações coletivas comuns entre os vários atores da sociedade civil, resguardando, contudo, as diferenças constitutivas das associações coletivas existentes dentro e fora do Brasil.

Não se trata, no âmbito desta abordagem, de querer afirmar que a sociedade civil é constituída por uma suposta pureza de intenções, nem que seja uma esfera homogênea, livre de tensões ou conflitos. Contrapondo-se a esta visão, observa-se a advertência de Alvarez, Dagnino, Escobar contra o “aplausos ingênuos às virtudes da sociedade civil” na afirmação de que

A sociedade civil é um terreno minado por relações desiguais de poder em que alguns atores podem obter maior acesso ao poder, bem como acesso diferenciado a recursos materiais, culturais e políticos (2000, p. 40).

Com efeito, as teorias sobre movimentos sociais também vêm comprovar quão diferentes podem ser as correntes que apóiam a existência teórica da sociedade civil – uma orientada pela noção da estratégia, definida como o enfoque da mobilização de recursos, de tradição estadunidense e a outra pela noção da identidade, definida como o enfoque dos Novos Movimentos Sociais de tradição européia (GOHN, 1998). Embora se reconheça que a sociedade civil constituiu-se também pelo seu caráter contraditório e conflituoso tais divergências e contradições não invalidam a visão de que há um eixo de sustentação, uma espinha dorsal, desenhada por um conjunto de aspectos significativos, que caracterizam e determinam a sua existência.

Nesse sentido observa-se nas ações próprias dos atores da socie-

dade civil, um conjunto de características tais como, um novo tipo de orientação política, voltada para valores culturais, e, principalmente, a valorização do sujeito coletivo como componente fundamental no processo de reconstrução da democracia no país, que diferenciariam estes atores daqueles que emergem do associativismo do “terceiro setor”, na década de 90.

Talvez a característica mais notável que liga todos os movimentos seja a ênfase nas práticas democráticas e participativas. Esta ênfase perpassa os níveis diversos da realidade social, dos processos internos aos grupos, à realidade local e ao regime político. Os movimentos valorizam graus elevados de participação nas decisões internas e buscam bases consensuais de decisão (em contraste com a busca de uma maioria simples). Rejeitam as relações elitistas e hierarquizadas, valorizam a solidariedade e preferem a expressividade pessoal, em lugar das relações instrumentais, favorecendo a cooperação em lugar da competição (VIOLA e MAINWARING, 1987, p. 159).

De fato, o contexto histórico-político da reemergência da sociedade civil no período pós regime militar possibilita identificar alguns traços comuns nas ações coletivas dos diversos atores que atuavam de maneira a ampliar a esfera pública democrática no Brasil. Nesta perspectiva, é possível afirmar que a valorização do político enquanto dimensão de transformação social foi determinante na consolidação de uma nova cultura política que se busca reconstruir a partir da década de 70.

Com o aprofundamento da democracia, trazendo a possibilidade de ex-

posição das diferenças tanto de cunho político-ideológico quanto dos interesses que motivam cada grupo a uma determinada ação, o conceito de sociedade civil foi também adquirindo novos contornos. A partir da década de 90, o conceito de sociedade civil passa a ser definido, segundo Costa (1997), sob o ponto de vista da demarcação de fronteiras entre esta e o Estado, no sentido de reconhecer que o Estado, enquanto sociedade política, é incapaz de incorporar, de maneira satisfatória as aspirações e anseios de sociedade civil. Não se trata no entanto, segundo o autor, de negar à sociedade civil a possibilidade de participação e intervenção existentes no âmbito do Estado, mas sim de reconhecer que as bases das transformações sociais encontram-se no processo de preservação das relações de reciprocidade e de cooperação entre atores da sociedade civil e Estado.

Nesse sentido, percebe-se que a introdução do conceito operacional de sociedade civil “adequado metodologicamente às especificidades do caso brasileiro” (COSTA, 1997, p. 18), apresenta alguns aspectos bastante definidos, tais como base de recursos, forma de constituição de grupos, natureza da vinculação dos participantes à organização e natureza dos interesses representados que contribuem sobremaneira para o reconhecimento, na esfera da sociedade civil, de características comuns aos atores políticos, principalmente no que se refere aos discursos e práticas que podem “desestabilizar e assim – pelo menos parcialmente – transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes” (DAGNINO, 2000, p. 30).

Se, por um lado, o cenário de participação política e reconstrução da democracia na década de 80 contou importantemente com a emergência inovadora das causas sociais, políticas e culturais trazidas pelos NMS, há ainda que se destacar a importância do protagonismo das ONGs militantes, que naquele período represen-

tavam um dos principais pólos aglutinadores dos valores constitutivos da ação coletiva democrática. São de suma importância, neste contexto, as análises acerca da trajetória e o perfil das ONGs, na qual pode-se identificar o processo de institucionalização dos movimentos sociais e o papel das ONGs como constituintes das idéias sobre o surgimento de um terceiro setor no Brasil.

Segundo Gohn, a forma militante/cidadã das ONGs nas décadas de 70 e 80 contribuíram sobremaneira para a reconstrução do conceito de sociedade civil, “criando um novo campo ético-político e cultural por meio de ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania” (2000, p. 62). Gohn destaca ainda a construção de uma nova cultura política, herança daquela forma participativa e do enraizamento nas camadas populares da sociedade, na qual

as ONGs cidadãos/militantes, junto com os movimentos sociais reivindicatórios dos anos 80, construíram um conjunto de práticas que se traduzem numa cultura de cidadania, algo novo num país de tradição centralizadora, autoritária, patrimonialista e clientelística. Suas ações abriram espaços que demarcaram novos ‘lugares’ para a ação política, especialmente ao nível do poder local e no meio urbano, na gestão das cidades (GOHN, 2000, p. 63).

Do ponto de vista das práticas coletivas, as ONGs, assim como os demais atores da sociedade civil, desenvolveram-se basicamente em torno de causas ligadas à defesa da cidadania e da construção de uma sociedade mais justa, através da ação participativa e democrática. Neste sentido, atuavam de maneira a transformar os aspectos negativos da realidade social, manifestados principalmente por meio de mo-

vimentos sociais e/ou de associações comunitárias de bairros, através da tematização destes na esfera pública (SCHERER-WARREN, 1995, p.163).

No contexto do cenário organizativo que se formou na década de 90, Maria da Glória Gohn (2000) verifica que as ONGs destacaram-se como uma das principais expressões do novo associativismo civil, pois ganharam autonomia e hoje possuem um universo próprio com inúmeras formas de expressão e espectros ideológico-políticos. Entretanto, observa que as ONGs que ganharam espaço nos anos 90 não são as mesmas que se destacaram nas décadas de 70/80. As ONGs nos anos 90 “não têm perfil ideológico definido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal” (GOHN, 2000, p. 64). Parte delas caracteriza-se ainda por nascer de iniciativas de empresários privados e por ter ampliado o universo da participação para campos pouco ou nada politizados.

A entrada dos anos 90 marca, portanto, o momento de importante transição das ONGs no Brasil. Por um lado, observa-se a passagem das ONGs-militantes, enraizadas nas bases da sociedade civil, prestando assessoria ou serviço aos movimentos populares, para ONGs-profissionais, que passam a se organizar em torno de causas referentes aos direitos mais amplos de construção da cidadania, incorporando a temática dos valores culturais (DOIMO, 1995, p. 209). Por outro lado, tem-se o surgimento das ONGs propositivas, as ONGs do terceiro setor, “que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas” (GOHN, 2000, p. 62). Estas marcam, em definitivo, a complexidade de se manter a ênfase no “popular” das ONGs de “primeira geração”. Desse modo, mais do que a oposição radical entre ONGs-militantes e Estado autoritário característica da a

década de 80, os anos 90 marcam a reestruturação das bases políticas que orientaram as ações das ONGs do passado, indicando um novo marco de coordenação das ações coletivas contemporâneas.

Segundo Doimo, a redefinição do perfil das ONGs significa o reconhecimento de que na nova conjuntura política não cabe mais a mera reivindicação de itens específicos de sobrevivência, que sustentaram a existência destas nas décadas anteriores. Inclui a revisão dos paradigmas da ação do popular pelo popular, que significa “deixar de ser somente ‘serviço’ para movimentos populares e desenvolver um caráter propositivo, inclusive convivendo com o mercado” (DOIMO, 1995, p. 212). Neste contexto, observa a autora, são redefinidos também o lugar e o papel dos protagonistas do campo “popular” que haviam atuado sob o *ethos* movimentalista e de negação do institucional. Todavia, no bojo do processo de esgotamento do popular, redefine-se também

procedimentos de ação e os apelos ético-políticos, de sorte a desativarem-se os projetos de ‘educação popular’ e de incrementarem-se condutas integrativas e corporativas, que têm como eixo o apelo à cidadania (DOIMO, 1995, p. 213).

Em última instância, tais mudanças configuram-se como ameaças aos procedimentos político-democráticos que constituíram as bases da ação coletiva nas últimas décadas no País.

Terceiro setor: a promessa de um novo associativismo civil

As experiências de participação popular e as ações coletivas que surgem como alternativa de melhoria das condições de vida da população aparecem mais uma vez como objeto pri-

vilegiado das análises teóricas sobre o novo associativismo civil a partir da década de 90. Os estudos recentes acerca do comportamento social coletivo e as formas de ação, que caracterizaram a formação da contemporânea sociedade civil, procuram demonstrar que está em curso uma nova concepção de participacionismo na esfera da sociedade civil. Desse modo, a construção de um “setor público não-estatal” ocorre também em meio a uma infinidade de interrogações que surgem da tentativa de conceitualização desta categoria, assim como das propostas políticas sobre as transformações do Estado latino-americano, podendo mesmo vir a contribuir para o processo de “deslegitimação do Estado, sem oferecer alternativas efetivas para a defesa dos interesses dos grupos mais frágeis da sociedade” (LANDER, 1998, p. 454).

As análises recentes acerca da consolidação da democracia no País, referem-se ao surgimento de um setor público não estatal, formado por organizações civis de caráter não lucrativo, no qual o “terceiro setor” surge como ator privilegiado deste processo

Nesse sentido, entende-se por “terceiro setor”

un espacio socializado y de socialización activa y

voluntaria que se enfrenta tanto a la pasividad y lejanía que las burocracias públicas modernas han generado como efectos no queridos, así como a su tecnocratismo, expertismo y tecnologismo constitutivo. Un espacio muy cambiante, difícilmente formalizable com un núcleo duro o central de organizaciones estables y/o históricas y un disperso y cambiante entorno entre la semiorganización y la simple movilización expresiva. Modificabilidad y variabilidad de un campo que vienen determinadas por la variabilidad y modificabilidad de las demandas y la percepción de las necesidades de los diferentes grupos-objetivo de las políticas sociales y de los actores reivindicativos (ALONSO e JEREZ, 1997, p. 235).

Partindo da idéia da emergência de um novo associativismo civil na década de 90, adequado à atual conjuntura política no Brasil, entendemos que a idéia de “terceiro setor” possui uma noção restritiva das ações coletivas dos movimentos sociais e ONGs que marcaram as décadas de 70 e 80 (e demais atores “representantes” da sociedade civil nos dias de hoje). Pode-se assim perceber nos variados estudos sobre o tema, a afirmação de que a existência de um novo associativismo civil, que surge do processo de institucionalização dos movimentos sociais, teria levado a um só tempo ao esgotamento da participação popular e à constituição de uma esfera pública não-estatal e despolitizada. (ARANTES, 2000; OLIVEIRA, 2000).

As concepções de “terceiro setor” sublinhadas nas recentes abordagens sobre novo associativismo civil demonstram o terreno movediço no qual transitam as análises sobre o tema. Apresentado como uma realidade

factual, verdadeira e promissora de se tornar o principal campo de mobilização das forças democráticas no país por alguns autores (FERNANDES, 1997, 1994; LANDIM e VILHENA, 1998), o terceiro setor é analisado com maior cautela entre aqueles que, embora reconheçam que a idéia do surgimento de um terceiro setor na sociedade possa contribuir para a construção de uma nova cultura política em países com histórias recentes de regime político autoritário, são menos entusiastas quanto ao papel político destes no processo da consolidação da democracia participativa, da construção da cidadania, com base na valorização dos aspectos culturais e da vitalização de um espaço público que se pretende político e democrático (ARANTES, 2000; LANDER, 1999).

Uma importante análise sobre “terceiro setor” no Brasil é aquela desenvolvida por Rubém César Fernandes (1994), na qual o autor identifica, no surgimento do “terceiro setor”, um campo no qual florescem as diversidades e a multiplicidade de linguagens e simbologias no seu interior, em que pese a linguagem dos valores culturais e subjetivos como condição aos procedimentos que irão fazer funcionar o Estado e o mercado.

Na perspectiva do surgimento de uma lógica da ação coletiva que se viabiliza nos anos 90, capaz de romper a lógica do poder institucionalizado pelo Estado e pelo mercado, Fernandes define o “terceiro setor” como:

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças sobretudo à incorporação de

cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (1997, p. 27).

Para o autor, a idéia de “terceiro setor” permite entender o novo associativismo civil num âmbito de complementaridade, na qual, as divergências, ainda que marcantes,

perdem a dureza da contradição radical e dão lugar a um jogo complexo e instável de oposições e complementaridades. Não se confundem, mas já não se separam de todo tampouco. Recobrem-se parcialmente, alternando situações de conflito, de cooperação e de indiferença (1997, p. 27).

A análise de Fernandes contém a afirmação de que o vigor das ações do “terceiro setor” encontra-se muito mais na capacidade de mobilização do capital humano por meio de representação simbólica, do que o caráter essencialmente empreendedor e profissional que este é capaz de realizar. Nesse caso, a idéia de “terceiro setor” associada ao valor econômico decorrente da capacidade de geração de empregos para reestruturar a vida social, teria menos impacto, ou se realizaria em menor escala do que a idéia de um “terceiro setor” capaz de trazer para cena pública questões e problemas políticos da vida privada, que nascem no âmbito das vidas particulares e que talvez ficassem confinadas a este restrito campo da vida social.

No sentido oposto às concepções de “terceiro setor” acima referidas, despontam as análises que procuram associar o “terceiro setor” com “empresas sociais” profissionalizadas, prestadoras de serviços “socialmente úteis” e economicamente viáveis (MARCOVITCH, 1997, p. 125). Trata-se, neste caso, da identificação do “terceiro setor” como extensão das práticas disseminadas na sociedade

pela esfera do mercado. Segundo tal concepção, o potencial produtivo do “terceiro setor” encontra-se na possibilidade de profissionalização e aprimoramento das práticas de mobilização social, com base nos princípios disciplinatórios da economia de mercado: “A tendência é que esse setor, embora congregue entidades sem fins-lucrativos, se transforme cada vez mais num pólo importante da atividade econômica, profissionalizando-se em todos os sentidos” (REVISTA Trevisan, 1998). Nesse caso, as diferenças entre sociedade civil e setor empresarial se diluem e passam a compor um quadro único de normas e procedimentos.

Uma outra abordagem que revela os limites da prática política democrática do novo associativismo civil na década de 90 é aquela trazida pelo governo, no contexto da Reforma do Estado, na qual estão presentes as propostas de complementaridade entre governo e sociedade civil na execução das políticas públicas sociais. Desse modo, o novo associativismo civil, que se desenvolve no âmbito de uma esfera pública não-estatal, é aquele representado por “organizações da sociedade civil” (doravante OSCs) que optaram por entrar no cenário político através da estratégia de cooperação com Estado, mercado e demais setores da sociedade, para a realização de trabalhos que possam dar sustentação às políticas públicas sociais (ou à falta delas) para o alívio da pobreza. Nesse sentido, Reilly observa que as OSCs passam a ocupar importante papel no processo de reestruturação política, principalmente no que se refere à relação com o Estado e o cumprimento de uma nova agenda de serviços “não exclusivos do Estado”.

No entanto a importância destas, do ponto de vista da capacidade de mobilizar politicamente grupos e pessoas em favor da construção de novos valores sociais, é visto com bastante reserva conforme mostra Reilly: “As OSCs são muito bem-vindas

como executoras dos programas sociais, mas a recepção é mais fria na medida em que procuram adquirir influência política” (1998, p. 424).

A perspectiva apontada nas ações coletivas das OSCs é aquela na qual, segundo Haddad (1999), busca identificar duas das bandeiras tão caras ao movimento social progressista, a saber, o associativismo e o cooperativismo, com a nova ideologia do “reformismo conservador” liderada pelo Estado. Nesse sentido, as ONGs e cooperativas despolitizadas se prestam ao jogo político do Estado, participando do “processo espúrio de terceirização, deixando a cargo de ONGs a execução de funções antes consideradas obrigações do Estado” (FSP, 28/12/1999).

A realidade prática das novas experiências de ação coletiva, trazidas pela idéia de terceiro setor, tem sido acompanhada pela tentativa de se estabelecer, no plano teórico-conceitual, as bases para identificação do que vem a ser este novo campo político que se reorganiza no contexto da consolidação da democracia na América Latina. A construção de um modelo teórico-conceitual capaz de identificar os diferentes campos, interesses, práticas e valores que constituem o “terceiro setor”, tem se colocado como importante tarefa a se cumprir nos meios acadêmicos.

A despeito do caráter polissêmico e da generalidade implícita dos critérios de pertença ao cenário associativo do “terceiro setor”, é importante observar que os grupos representantes do “terceiro setor” têm sido recorrentemente relacionados, a um só tempo, a execução de programas de combate e de alívio da pobreza, como também começam a ser chamados a ingressar na área de gerenciamento de negócios. Neste caso, direcionam o potencial de mobilização política e de construção da democracia para estratégias de marketing social, para o atendimento não mais dos cidadãos, mais de clientes (LANDER, 1998, p. 473).

Sobre a “reinvenção” da política no contexto da modernidade

O recente discurso acerca do caráter “inovador” dos procedimentos integrativos trazidos pela idéia de terceiro setor, parece não avançar sobre as críticas disseminadas na literatura, às quais afirmam a “incompatibilidade” entre as racionalidades que orientam e determinam as ações de cada um dos pólos da tríade social – Estado, mercado e sociedade civil. Desse modo, o papel do terceiro setor na construção de uma nova realidade social, quando analisado do ponto de vista das esferas sistêmicas do mercado e do Estado, apresenta toda a sorte de contradições que cerca o debate contemporâneo sobre diferentes racionalidades constitutivas da vida social. A falta de consenso acerca dos limites que encerram a acirrada investida tecnicista, de mercantilização das práticas sociais proposta pelo pragmatismo do mercado, assim como o tecnicismo burocratizado do estado animam o debate sobre o tema.

No contexto das transformações das práticas políticas e da mudança na concepção de participação popular, cidadania, defesa de direitos, etc, transformados, por ora, naquilo que Paulo Eduardo Arantes (2000) chamou de uma “desnorteante convergência antagonica” entre esquerda e direita, aprofundam-se as análises críticas acerca do tema. Trata-se, nesse caso, de discutir em que medida é possível contrapor-se à ofensiva de despolitização da sociedade civil – na qual as idéias de “terceiro setor” cumprem significativo papel –, com base na idéia da construção de uma nova cultura política democrática no Brasil.

Tanto as abordagens que buscam relacionar o “terceiro setor” ao novo momento empresarial, assim como aquelas que discutem as possibilidades de transformação social a partir das recentes inter-relações com o

Estado, encerram limites significativos no que se refere ao paradigma teórico da sociedade civil. Embora seja possível reconhecer no terceiro setor, enquanto espaço de convergência de interesses que buscam, por meio de iniciativas de sociabilidade, como setor intermediário das esferas econômica e política, características próprias daquelas atribuídas às entidades da sociedade civil (GOHN, 2000, p. 72), do ponto de vista da análise teórica, há divergências significativas que limitam a construção de um campo de reconhecimento mútuo entre sociedade civil e terceiro setor.

Uma breve referência a esta afirmação pode ser verificada nas análises de Alberto J. Olvera Rivera (1998), nas quais observa que as conceitualizações alternativas ou paralelas ao fenômeno social que caracteriza o ressurgimento teórico da sociedade civil, especialmente as concepções de terceiro setor, são insuficientes para entender o significado mais amplo que constitui a natureza teórica da sociedade civil. Segundo Olvera Rivera, o distanciamento teórico entre sociedade civil e terceiro setor deve-se principalmente ao fato de que as premissas que compõem o quadro de investigações empíricas deste último, tais como, “seu caráter formal, vale dizer, sua permanência organizacional; seu caráter privado, porém de natureza não lucrativa, o que as diferencia do mercado; sua capacidade de autogoverno, o que as faz independentes do Estado, e seu caráter voluntário em algum grau” (p.8), deixam de lado o problema da **ação** e se concentram na forma de **associação**. Desse modo, as concepções de terceiro setor, segundo Olvera,

no distingue orígenes ni objetivos, no define espacios de acción, y por tanto, incluye una variedad tan grande de formas asociativas reales que su capacidad explicativa deviene sumamente restringida [...] Por tanto, la noción

de tercer sector puede enmascarar una nueva modalidad de empresas privadas, que constituyen formas administrativas no estatales y cuyo registro legal les permite gozar de un subsidio social a sus actividades (sea no pagando impuestos o recibiendo ingresos deducibles o ambas) (OLVERA RIVERA, 1998, p. 08).

Afirma ainda que a caracterização de “serviços prestados a terceiros” não pode ser também considerada como um critério de classificação, “pois o serviço pode ser mercantil, ou servir a meros propósitos recreacionais ou pessoais, vale dizer, privados”. Nesse sentido, a proposta de Olvera Rivera é a de aplicar ao conjunto das distintas formas de ação coletiva presentes no contexto das recentes práticas políticas realizadas pelos atores de sociedade civil, o conceito de “associacionismo civil” (mais recentemente esta opção foi feita também por Maria da Glória Gohn), a fim de definir o campo de atuação daqueles atores que se situam no campo intermediário entre o que Habermas definiu como o mundo sistêmico e o mundo da vida. Isto é, segundo Olvera, há um campo de atuação dos atores sociais que se presta tanto a defesa dos direitos individuais, políticos e sociais dos cidadãos, cujo elemento constituinte é a estrutura de direitos institucionalizados do Estado de bem-estar social contemporâneo, quanto a ação transformadora e ativa característica dos movimentos sociais que continuamente “*plantean nuevos principios y valores, nuevas demandas sociales, así como vigilan la aplicación efectiva de los derechos ya otorgados*” (OLVERA RIVERA, 1998, p. 11).

Portanto, Olvera Rivera, ao se referir aos aspectos constituintes do “conceito” de terceiro setor que começa a ser esboçado, procura distin-

guir as ações coletivas definidas historicamente no arcabouço teórico-político da sociedade civil daquelas que sob a égide da “solidariedade social” e da “construção da cidadania” aglutinam os mais variados interesses – políticos, econômicos e ideológicos – em torno da referência comum, a saber, o de ser organizações privadas sem fins lucrativos:

Esta perspectiva nos indica que en la sociedad contemporánea existen muy diversas formas de asociacionismo, cada una de las cuales tiene un origen histórico, una forma particular de institucionalización, una vía de legitimación de sus prácticas y un modo particular de relación con los sistemas político y económico ... sería un error conceptual mezclarlas, que es precisamente lo que hacen las teorías del tercer sector, o asimilarlas a un solo patrón, com en caso de quienes habla de organismos civiles (OLVERA, 1998, p. 16).

Tal perspectiva pode ser percebida também no contexto brasileiro a partir da abordagem de Arantes (2000), na qual o autor analisa criticamente a apropriação vulgar e naturalizada de conceitos históricos que ajudaram a compor o quadro da redemocratização dos países latino-americanos nas últimas três décadas, com base na idéia de soberania popular e construção da cidadania, – com participação decisiva das ONGs e movimentos sociais na condução deste processo – e que por ora encontram-se dissolvidos em meio a propostas “das famigeradas reformas gerenciais do Estado, em nome de novos direitos ditos republicanos da ‘cidadania’ etc. etc. Sem falar no foguetório de clichês das campanhas cívicas de ‘marketing social’ – como as em-

presas costumam designar essa nova fronteira de negócios” (Arantes, 2000, p. 5). Segundo o autor, o palavrório que brota dos argumentos construídos pelo novo paradigma, o da comunicação, que teria substituído, em decorrência da falência, o paradigma da transformação social, (2000, p. 4) possui um sentido ambivalente, uma vez que não define nem campo, nem forma, nem conteúdo da ação, transitando livremente por terrenos tão distintos quanto ambíguos:

Não obstante, fica assim mesmo a impressão de um amigoso compadrio vocabular, como se ONGs e governo formassem um bizarro sistema de vasos comunicantes, pelos quais circula o mesmo léxico dos direitos, da cidadania, da esfera pública, da sociedade civil, etc., ora barateado pela ênfase edificante e nem sempre oficial, ora no diapásão dos antigos ou ainda novos Movimentos Sociais, que era o da interpelação de um poder usurpador, ao mesmo tempo ausente e opressivo. Em suma, ora à esquerda, ora à direita, o que se ouve mais parece uma língua geral, verdade que condenada à usura inevitável dos automatismos. Como desarmá-los e dar nome certo à coisa certa? (ARANTES, 2000, p. 4).

A crítica apontada por Arantes às novas concepções de reordenamento social, que surgem em nome de uma suposta valorização dos direitos do cidadão e em defesa dos princípios da soberania popular, parece reduzir as perspectivas de se pensar novas categorias analíticas para lidar com o recente fenômeno social, que é a reemergência da sociedade civil para além da subordinação desta ao Estado. Nesse sentido, o autor chama a

atenção para a necessidade de se desenvolver, no âmbito das esferas públicas políticas, sensores capazes de identificar em que medida as propostas de mudanças, sustentadas tanto pela perspectiva reformista estatal, quanto pela crescente adesão do mercado às “causas sociais”, não passam apenas de um efetivo sistema de simulacros no qual afundam-se até mesmo as mais honestas tentativas de reabilitação de uma sociedade civil ativa e preponderante.

A crítica ao “terceiro setor” inscrita no âmbito das análises sobre a redefinição da política a partir da valorização do espaço da cultura e o entendimento desta como constituinte do campo político, baseia-se fundamentalmente no fato de que a nova perspectiva de associativismo civil que se desenha no contexto da democracia social a partir da década de 90 não contempla a perspectiva mais ampla que vê na construção de um projeto social com base na cultura, os alicerces para o desenvolvimento da cidadania e a realização humana.

As idéias de terceiro setor, na medida em que apontam para a possibilidade de superação dos problemas de convivência e integração social, de desigualdade e exclusão social através da interação entre sociedade civil e as instituições estatais e de mercado ainda que de forma diferenciada, reduzem e até se contrapõem às características básicas que marcaram o surgimento do conceito de sociedade civil. De fato, no âmbito do governo federal, percebe-se como as propostas de “emancipação” da sociedade civil descritas na lei do “terceiro setor” possuem um caráter reducionista do sentido de público que buscou-se consolidar no contexto das novas democracias ocidentais. É o que demonstram as análises de Gohn acerca da relação entre Estado e “terceiro setor”:

As novas entidades configuradas pela nova lei do terceiro setor passam a ser or-

ganizadas menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviço de forma assistencial. Os novos cidadãos se transformaram em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do terceiro setor (GOHN, 2000, p. 70).

A crítica ao reducionismo presente nas propostas do “terceiro setor” podem ser percebidas ainda através das análises de Caccia Bava. Segundo o autor, um dos principais axiomas da recente “teoria” do terceiro setor “é a separação estanque entre Estado, mercado e sociedade civil. E a responsabilização da sociedade civil pela questão social”. Avança a crítica afirmando que “ao classificar a sociedade nestes três setores estanques, esta teoria suprime o espaço da política, da discussão da *pólis*. Das relações entre Estado, Mercado e Sociedade civil. Suprime a possibilidade da invenção democrática, de um novo pacto de regulação social” (CACCIA BAVA, 2000, p. 47).

Desse modo, as possibilidades de preservação das estruturas identitárias e culturais próprias da sociedade civil, fortalecidas nas décadas de 70 e 80 com a entrada em cena de novos atores sociais (MS, NMS e ONGs), são remetidos aos mesmos imperativos instrumentais que caracterizam as esferas sociais regidas pelo poder e pelo lucro. Nesse caso, o “terceiro setor” surgiria como a esfera da sociedade que além de favorecer a penetração das lógicas reinantes do poder e do lucro para a esfera da “cultura e da sociabilidade”, o campo do mundo da vida, parece ainda contrariar a lógica da autonomia e da geração de um poder que busca na racionalidade das estruturas de

integração dos sistemas sociais (agir comunicativo dos sujeitos) uma resposta ao esvaziamento dos procedimentos políticos que organizam as relações de convivência social.

Analisado do ponto de vista da produção de idéias e temas a serem amplificados na esfera pública, o “ideal integrativo” presente nas concepções de “terceiro setor” contraria o conceito sociedade civil reconstruído historicamente ao longo do processo de redemocratização das modernas sociedades latino-americanas. Seja pela instrumentalidade inerente à inserção das formas mercantilistas da esfera econômica e procedimentos sistematicamente institucionalizados da política estatal, seja ainda através da proposta pragmática de profissionalização do setor (gestão administrativa de organizações sem fins lucrativos), o “terceiro setor” subverte (ou até mesmo ignora) princípios orientadores da construção do conceito e da ação prática da sociedade civil construída ao longo dos anos.

A recente afirmação de Silvio Caccia Bava revela a posição das entidades filiadas à ABONG, quanto às propostas colocadas pelos defensores do “terceiro setor”: “Nós não nos reconhecemos como parte do Terceiro Setor. Não achamos que esse modelo teórico contempla quem nós somos e o que fazemos”.

Enquanto esfera autônoma, que se realiza pela pluralidade de ações e exerce seu poder de maneira simbólica, a sociedade civil possui um vigor e é reconhecidamente um campo que cumpre um efetivo papel na consolidação da democracia nas modernas sociedades capitalistas. No entanto, na medida em que se afirma a importância da sociedade civil como realizadora de propostas políticas, executora de atividades sociais e gestora de recursos para a promoção da assistência social incumbidas de proporcionar o alívio da pobreza, associada à idéia de “terceiro setor” é importante analisar até que ponto estas propos-

tas tendem a esvaziar os ideais de politização dos atores sociais construídos no âmbito da reemergência da sociedade civil.

Com efeito, as análises de Oliveira (2000) sobre “filantropização da pobreza” e da questão social, revelada nos estudos da Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo, demonstram como grupos de empresários e associações empresariais incorporam a temática dos problemas sociais, propondo medidas compensatórias e corporativistas no trato destas questões. Conforme descreve Oliveira:

Grupos de empresas e associações de empresários, como a conhecida Fundação Abrinq, do ramo de brinquedos, o Instituto Ethos, que congrega várias e diversificadas empresas, a Associação Viva o Centro, liderada pelo BankBoston, e várias fundações empresariais empreendem uma vasta discussão e ações que tentam privatizar e filantropizar o que antes era objeto de políticas sociais públicas [...] Privatizam e filantropizam porque tais ações – que não se pode chamar de políticas – exatamente negam a pólis, negam a universalidade, posto que se dirigem a grupos especiais, e privatizam o público, posto que se realizam, sempre, a expensas do imposto de renda, do qual são abatidos gastos filantrópicos (2000, p. 38).

As “organizações sociais”, correspondentes funcionais da idéia de “terceiro setor”, representam, explicitamente, o dilema da indefinição de critérios e da falta de “identidade” comum, para além do caráter de *entidades sem fins lucrativo*, que possibilite a construção do conceito que possa ori-

entar o entendimento do novo associativismo civil no Brasil. Se não cabem na visão do mercado, se não pretendem subordinar-se à política institucional, tampouco podem se constituir como atores legítimos da sociedade civil. Ou seja, enquanto prestadoras de serviços comunitários, sob tutela do Estado (inserida em programas pré-definidos pelo Estado, submetida a critérios muitas vezes ideológicos para a disponibilização de verbas), as organizações sociais sacrificam sua autonomia, “sua independência enquanto organismos criados pela sociedade civil para a defesa e ampliação dos direitos de cidadania” (OLIVEIRA, 2000, p. 53). Constituem-se como instrumento político do Estado. Enquanto fundações, associações empresariais as organizações sociais caracterizam-se como organizações corporativas, e se utilizam de “modernas práticas gerenciais, próprias das empresas lucrativas e transportam valores de mercado (competição, excelência empresarial, profissionalismo, individualismo, pragmatismo, foco no cliente, etc) em substituição aos valores “originais” dos atores da sociedade civil (altruísmo, ajuda mútua, solidariedade, etc.). Primam pela excelência de resultados sempre bem definidos (no caso da sociedade civil os resultados não possuem os mesmos critérios que nas empresas). Dessa forma, não apresentam a dimensão ética e política que constituiu a sociedade civil.

Por outro lado, a idéia de sociedade civil aqui sublinhada apresenta-se relacionada à possibilidade de ampliação de espaços de articulação entre atores sociais e à afirmação de que “a idéia da obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia de participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no governo, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil” (SANTOS, 1995, p. 263). Portanto, contrapõem-se

às experiências do novo associativismo que vem se consolidando no país, o associativismo do “terceiro setor”.

Trata-se neste caso de perceber que a sociedade civil, em sua dimensão política, mais do que proporcionar benefícios diretos, – ou atuando como prestadora de serviços subsidiada pelo Estado ou em parceria com a iniciativa privada – se mantém revigorada e viva pela capacidade de mobilização social e pelo reconhecimento político do terreno cultural, redefinindo as fronteiras entre cultura e política. Relacionada a uma abordagem de cunho cultural, distinta das teorias utilitaristas, a sociedade civil passa a ser entendida como esfera constituída por um conjunto de atores que põem em prática uma política cultural que “tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes (DAGNINO, ALVAREZ e ESCOBAR, 2000, p. 26). Desse modo, reconfigura-se o sentido da política na ação dos atores da sociedade civil, que ganha contornos mais abrangentes do que aquele conjunto de atividade específicas da política institucional. A ação política, neste contexto, inclui também “lutas de poder” realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante”.

A cultura como novo paradigma da ação política

O debate atual acerca das novas possibilidades de integração entre as esferas da sociedade civil e do mercado, trazidas pelas idéias de “terceiro setor”, tem penetrado com bastante vigor os meios especializados de análise e pesquisa na área social. Este debate coloca em tela o contexto mais amplo de transformação política e econômica pela qual vêm passando as modernas sociedades capitalistas, inseridas no chamado processo de globalização das economias mundiais.

No contexto das recentes transformações do mundo contemporâneo, alguns autores (IANNI, 1995; LEIS, 1995) afirmam que as tradicionais categorias analíticas do social, principalmente aquelas que reduzem o debate à determinismos clássicos das dimensões política (soberania do Estado nacional) e econômica (ofensiva capitalista globalizante), tornam-se obsoletas para a compreensão da realidade. Segundo Otávio Ianni, “a crise do socialismo, potencializada com o fim do bloco socialista no Leste Europeu, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, encerra uma era de ‘certezas’, na qual rompem-se sistemas de referência, cartografias geopolíticas, alianças sedimentadas, conveniências lucrativas, tensões institucionalizadas, quadros de pensamento instrumentais.” (1993, p. 28), para dar início a uma nova era: “Aqui começa a história novamente. Em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global. Em lugar do mundo dividido em capitalismo e socialismo, um mundo capitalista, multipolarizado, impregnado de experimentos socialistas.” (IANNI, 1995, p. 35).

Dentro desta perspectiva de análise, Dagnino, Alvarez, Escobar (2000, p. 26) afirmam que a possibilidade real de transformação política encontra-se no campo cultural da sociedade civil. Trata-se, nesse caso, de considerar que, mais do que querer alterar uma cultura política dominante, que pode ser pensada a partir da inclusão na agenda de debates as questões para-políticas é necessário transformar as próprias bases do pensamento social. Ou seja, considerar que a valorização das formas culturais de política trazida pelos movimentos sociais e demais atores da sociedade civil possui uma dimensão que não deveria necessariamente penetrar o Estado, mas antes expressar mudanças internas.

A idéia aqui defendida é a de que, mesmo que se considere que a institucionalização dos movimentos

sociais seja uma realidade factual, que revela a nova face dos entrosamentos da cultura política vigente, não se pode negligenciar o fato de que é no fortalecimento de arenas públicas não-estatais onde reside as reais possibilidades de construção da nova ordem social, da transcendência da cultura política dominante e a “consolidação de uma cidadania democrática significativa para grupos e classes sociais subalternos” (DAGNINO, ESCOBAR e ALVARES, 2000, p.34).

Os recentes estudos acerca da construção do espaço público no Brasil (COSTA, 1999) acendem o debate sobre a necessidade de se pensar novas categorias de análise da transformação da cultura política no País, para além daquelas já consagradas pelas chamadas teorias da transição democrática, a saber, a concepção pluralista e a concepção republicana. Neste contexto, o autor observa que ambas tornam-se insuficientes para concretizar o sentido mais amplo de democracia, atribuído aos atores da sociedade civil:

El problema común identificado en el abordaje republicano y pluralista es precisamente la dificultad de visualización de las diferencias entre los procesos socioculturales y político institucionales, cuya mediación es establecida, en parte, por los actores públicos que emergen de las telas microcósmicas de la resistencia civil. (COSTA, 1999, p. 104).

A perspectiva de análise que surge desta abordagem permite entender a ação coletiva que emerge da “esfera pública não estatal” num sentido diferenciado daquele que vem sendo assinalado nos estudos sobre novo associativismo civil e a construção da idéia de “terceiro setor” no Brasil. Trata-se da abordagem “cultural” da ação coletiva, trazida pelos movimentos so-

ciais e demais atores da sociedade civil. Tal abordagem pode ser identificada nas análises de Costa:

Los movimientos sociales y demás actores de la sociedad civil presentan perfiles organizativos propios, una inserción específica en la textura social y articulaciones particulares com la estructura política institucional. Hay que reconocer, por eso, que las contribuciones democráticas de los movimientos y asociaciones de la sociedad civil no pueden ser miradas únicamente a partir de las instancias institucionales. Sus posibilidades residen precisamente en su ‘fijación’ en esferas sociales que son, desde el punto de vista institucional, prepolíticas y es en el nivel de tales órbitas y de la articulación que los movimientos establecen entre éstas y las arenas institucionales que pueden emerger los impulsos más promisorios para la construcción de la democracia (1999, p. 104).

Neste contexto, é importante destacar também as análises de Gohn (1997) sobre a redescoberta da cultura nos processos de transformação política. Segundo a autora, o retorno da abordagem cultural no campo das ações coletivas inscreve-se no processo de revisão e reformulação do paradigma norte-americano da Teoria de Mobilização de Recursos, com ênfase na crítica ao utilitarismo e individualismo metodológico desta concepção.

A reformulação do paradigma teórico da mobilização de recursos resultou, segundo Gohn, numa nova teoria, na qual mesclam-se características da “velha teoria” com aborda-

gens do paradigma europeu dos novos movimentos sociais, conhecido como o paradigma da identidade. A esse modelo híbrido, Gohn chamou de Teoria da Mobilização Política (1997, p. 76). Esta nova abordagem da ação política, embora vise a superação do enfoque exclusivamente econômico da abordagem da mobilização de recursos, apresenta traços também bastante reducionistas dos processos políticos contemporâneos, na medida em que “faz uma análise restrita em termos políticos, não captando de fato a política e a sociedade civil, fixando-se mais nas oportunidades políticas da sociedade política e não vendo dinamismo na sociedade civil”. Todavia, entre as mudanças observadas na alteração da “velha” para a “nova” teoria da mobilização de recursos, a autora assinala que a nova teoria, ao abandonar a prioridade da análise estrutural permitiu a ampliação das análises para abordagens culturais e identitárias, o que permitiu, em última instância, estabelecer laços entre as políticas institucionalizadas e os movimentos sociais. Esta passagem não se deu pela completa substituição (abandono) da lógica da racionalidade dos atores na ação social. Esta, na verdade,

foi inserida num campo de disputas com variáveis mais amplas do que as da pura racionalidade econômica enfatizada anteriormente pela MR. A objetividade daquelas ações contém a subjetividade dos indivíduos. A objetividade da MR, e também do paradigma marxista, no que diz respeito à análise política (não à econômica-determinista), buscará articulações com a subjetividade do paradigma dos NMS (GOHN, 2000, p. 78).

A concepção da política analisada sob o ponto de vista da abordagem

cultural é empreendida com ênfase na abordagem sobre movimentos sociais no contexto da redemocratização na América Latina na tentativa de demonstrar como a relação entre cultura e política não pode mais ser negligenciada e submetida às análises restritivas das relações de poder, na qual viam o Estado como “o único lugar e alvo relevante da luta política” (DAGNINO, 2000, p. 65). A percepção de que a política “estatista”, dominante nas análises sobre política e transformação política, derivadas do marxismo clássico na década de 70, tornou-se insuficiente para lidar “com a crescente heterogeneidade e complexidade das sociedades latino-americanas, impulsionadas por uma modernidade cada vez mais definida por suas conexões globais, engendrando uma vasta pluralidade de novos temas” (DAGNINO, 2000, p. 77), foi determinante para a percepção do significado político da cultura.

Ao analisar o contexto social no qual inscreve-se a redefinição das relações entre cultura e política, Dagnino procura, a partir da contribuição de Gramsci na construção do pensamento da esquerda latino-americana, principalmente pela incorporação de conceitos como “hegemonia, sociedade civil, intelectuais orgânicos, vontade coletiva e reforma moral e intelectual [que] proporcionaram meios adequados para a construção intelectual e a ação política neste novo cenário” (2000, p. 68), demonstrar como o conceito de política cultural representa uma via muito mais adequada para discutir as novas formas de coordenação da vida social. Nesse sentido, a tradicional cultura política, autoritária, centrada no Estado, começa a ganhar contornos mais amplos – plurais e multifacetados – que não tem mais reflexo nem na antiga idéia de opor radicalmente sociedade civil e Estado, como também não aceita como acabado o projeto da modernidade que destitui do Estado suas funções sociais, atribuindo à sociedade civil a responsabilidade de arcar com as questões sociais.

Neste contexto observa-se que as abordagens sobre “terceiro setor” no Brasil recusam a idéia de que o aprofundamento da democracia no país necessita da reestruturação do sentido político das ações coletivas que se reconstruem no contexto complexo e plural das sociedades modernas, na medida em que reduzem as possibilidades de ampliação da democracia aos imperativos instrumentais das lógicas do poder e do lucro. Se por um lado as formas consensual-solidarísticas, que marcaram as ações coletivas nas décadas passadas, hoje em dia se mostram insuficientes para responder ao complexo quadro das relações sociais, por outro lado, tampouco pode-se afirmar que as propostas de um novo associativismo civil trazidos pela idéia de “terceiro setor” possam definir novos padrões de comportamento político coletivo mais democráticos.

Existe, portanto, no vácuo criado entre estas duas formas de prática política, uma nova proposta de afirmação da democracia que contribui, sobremaneira, para aprofundar o debate acerca das formas políticas de ação coletiva na contemporaneidade. Trata-se do reconhecimento de um conjunto de características de valorização dos aspectos culturais, das relações da vida cotidiana, da busca do bem viver, daquilo que Agnes Heller (1998) definiu como “virtudes cívicas”, que são as virtudes que contribuem para a boa vida de todos. Nesse sentido, Alba Zaluar (1997) analisa como o contexto de redefinição do sentido político das ações coletivas possibilita refletir acerca dos objetivos que compõem a construção de um novo sentido da integração que, em última instância, redefiniria a própria idéia de nação. Os objetivos que levariam à prática coletiva estariam além daqueles inscritos nos consagrados modelos de sociabilidade, pautados pelo contrato civil entre pessoas, organizações, mediados pelo Estado. Incluiria, pois,

o compromisso com cada um com os demais, de todas as

peças pertencentes à nação entre si ... ao mesmo tempo [em que] relativiza o critério baseado na justiça igual para todos, abrindo-se lugar para critérios locais, situacionais e diversificados, desenvolvidos nos variados circuitos de distribuição e troca nos quais o Estado não é mais o único mediador (ZALUAR, 1997, p. 35).

A nova questão social na modernidade ficaria então, segundo a autora, submetida ao crivo de uma nova interpretação dos conceitos que constituíram o pensamento sociológico, advindos, em grande escala, das teorias utilitaristas. Tal interpretação traz a possibilidade de se rediscutir os elementos formadores do pensamento sociológico moderno, tais como a questão do mercado, das burocracias, a impessoalidade e interesse, que foram fortalecidos pelo neoliberalismo. Não obstante, foram reintroduzidos neste processo aspectos de valorização da subjetividade coletiva, tais como o “laço interpessoal”, o desinteresse no ganho, a racionalidade comunicativa, a reciprocidade de amplos circuitos, que apontam para o surgimento de uma nova sociabilidade.

Nesta nova sociabilidade são estabelecidos novos critérios de convivência social, pautada em valores que não se traduzem somente na dimensão institucional de garantia e defesa dos direitos sociais,

como fazem notar Heller e Ferenc:

Se concordarmos que a ‘coisa comum’, a res publica, deve consistir de instituições, leis e ordens sociais informadas pelos valores universais de liberdade e vida, pelo valor condicional da igualdade e pelo valor procedimental da racionalidade comunicativa, temos de praticar as virtudes cívicas relacionadas com esses valores. Temos de desenvolver em nós mesmos as virtudes intelectuais de phronesis [prudência] e racionalidade discursiva. A prática dessas virtudes faz da ‘cidade’ o que ela deve ser: a soma total de seus cidadãos (HELLER, FERENC, 1998, p. 129).

Referências bibliográficas

ALONSO, Luis Enrique y JEREZ, Ariel. *Hacia una politización del tercer sector*. In: JEREZ Ariel (Org.). *Trabajo voluntario o participación?* Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

ARATO, Andrew e COHEN, Jean. *Sociedade Civil e Teoria Social*. In: Avritzer, L. (Org.). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Esquerda e direita no espelho das ONGs*. *Cadernos ABONG*, n. 27, maio, 2000.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil: além da dicotomia Estado-*

mercado. In: Avritzer, L. (Org.). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CACCIA BAVA, Silvio. *O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI*. *Cadernos ABONG*, n. 27, maio, 2000.

COSTA, Sérgio. *La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil*. *Metapolítica: revista trimestral de teoría y ciencia de la política*, v. 3, n. 9, ene./mar. 1999.

_____. *Categoria analítica ou passportout político normativo? A trajetória do conceito de sociedade civil no Brasil*. *BIB*, 1997.

DAGNINO, Evelina. *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FERNANDES, Rubem César. *O que é o Terceiro Setor?* In: IOSCHPE Evelyn (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Privado Porém Público: Terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

HADDAD, Sérgio. *Fortalecimento do Terceiro Setor ou desmonte da*

Assistência Social?. *Boletim ABONG*, jun. 1999.

HELLER, Agnes e FERENC, Fehér. Ética da cidadania e virtudes cívicas. *In: A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octávio. A grande transformação. *In: A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JEREZ Ariel y REVILLA, Marisa. El Tercer Sector. Una revision introductoria a un concepto polémico. *In: JEREZ Ariel (Org.). Trabajo voluntário o participación?* Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

LANDIM, Leilah e VILHENA, Liliane do Reis. *O terceiro setor no Brasil*. Texto apresentado no Encontro Iberoamericano de Fundações. Rio de Janeiro, jul. 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza. *Cadernos ABONG*, n. 27, maio, 2000.

OLVERA RIVERA, Alberto J. *Problemas Conceptuales en el estudio de las organizaciones civiles: de la sociedad civil al Tercer Sector*. Vera Cruz, Instituto de Investigaciones Historico-Sociales, 1998, mimeografado.

PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SALAMON, Lester. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. *In: IOSCHPE, Evelyn (Org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*. Texto fotocopiado, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?. *In: Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Gráfica, 2000.

_____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. *In: Vários Autores. Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIOLA, Eduardo e MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. *In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (Orgs.). Uma revolução no cotidiano?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *RBSC*, v. 12, n. 35, out. 1997.

Endereço – Autora

Departamento de Serviço Social
Centro Sócio Econômico – UFSC
Campus Universitário – Trindade
Florianópolis – SC
Cx Postal 476 – CEP: 88040-900
Tf. 0XX48-3319540
e-mail: figueiro@cfh.ufsc.br